

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.132 - SE (2019/0250756-3)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : SALES COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA
ADVOGADO : ALESSANDER SANTOS BARBOSA - SE002912
AGRAVADO : CIBRASEC-COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO
ADVOGADOS : LUIZ GUILHERME PORTO DE TOLEDO SANTOS - SP155531
PATRÍCIA BRASIL CLAUDINO - SP198281

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SALES COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA contra a decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO JURÍDICO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - FRAUDE À EXECUÇÃO DECLARADA PELO JUÍZO DE DIREITO DO TJSP - DEFESA DA PROPRIEDADE EXERCIDA PELA APELANTE COM O AJUIZAMENTO DE EMBARGOS DE TERCEIRO - AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL NA PROPOSITURA DA PRESENTE ANULATÓRIA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

- A pretensão da Apelante é tão-somente a defesa de sua propriedade e, tendo havido decisão do Juízo de Direito do Tribunal de Justiça de São Paulo

declarando fraude à execução, naquele Juízo é que a Recorrente deve veicular seu inconformismo, no intuito de defender plenamente a sua propriedade dos atos constritivos impugnados.

- Quanto à alegação de que a averbação premonitória e o arresto foram realizados em desacordo com a legislação de regência, observa-se que o Juízo competente para apreciar e dirimir tais questões é o Juízo de Direito do Poder Judiciário Paulista, em que fora proposta a Execução e os Embargos de Terceiro outrora mencionados e que ensejaram os atos constritivos.

- Desse modo, carece a Autora/Apelante de interesse processual, tendo em vista que se utilizou de procedimento incorreto, não lhe sendo útil o provimento jurisdicional aqui veiculado" (fls. 161/162, e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 226/227, e-STJ).

No especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 95, 467, 200 e 615-A, § 1º e 2º, do Código de Processo Civil de 1973, 166, IV e 185 do Código Civil e 6º da LINDB, argumentando, em síntese, que a averbação premonitória e o arresto foram realizados fora dos limites da competência da Justiça de São Paulo/SP, sem a

utilização de carta precatória, sendo competente o Juízo de Aracaju para declarar as nulidades dos atos citados e determinar os respectivos cancelamentos da averbação e do registro na matrícula cartorária do imóvel.

Afirma a impossibilidade de declaração de fraude à execução pelo Juízo paulista sob pena de ofensa à segurança jurídica, à coisa julgada e ao ato jurídico perfeito, visto que o tema já havia sido analisado e decidido pelo Juízo da comarca onde se situa o imóvel.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Presidente do tribunal de origem inadmitiu o recurso especial, dando ensejo à interposição do presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

O tribunal de origem dirimiu a controvérsia nos seguintes termos:

"(...)

Posteriormente, em 15.10.2013, foi efetivada averbação premonitória, nos moldes do art. 615-A do CPC/1973, dando-se publicidade acerca da distribuição da Ação de Execução de Título Extrajudicial (Processo 1017468-97.2013.8.26.0100) manejada contra a devedora TBK – CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA., no Estado de São Paulo (Av.4 da certidão imobiliária – fl. 35).

Em 25.11.2013, registrou-se a dação em pagamento do imóvel à empresa SALES MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA. (R.5 da certidão imobiliária – fl. 36).

Em 13.07.2015, ocorreu o arresto do imóvel, por força de decisão judicial proferida nos autos da mencionada Ação de Execução de Título Extrajudicial, em trâmite no Poder Judiciário do Estado de São Paulo, tendo como exequente a CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO e executados a empresa TBK CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA. e outros.

Inconformada com tal medida constritiva, a ora Apelante opôs Embargos de Terceiro à referida execução, alegando que o arresto recaiu sobre imóvel de sua propriedade, tendo em vista que fora dado em pagamento pela devedora TBK CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA.

Já a embargada CIBRASEC COMPANHIA BRASILEIRA DE SECURITIZAÇÃO sustentou que o ajuizamento da Execução foi averbado na matrícula do imóvel em 15.10.2013, de forma que a alienação posterior do bem caracterizou fraude à execução.

O Juízo de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central da

Comarca de São Paulo rejeitou os Embargos de Terceiro e declarou em fraude à execução a dação em pagamento do imóvel de matrícula 66.939 (R.5).

(...)

Diante de tais elementos, observa-se que a pretensão da Autora de anulação dos atos de constrição (averbação premonitória e arresto), coincide exatamente com a defesa de sua propriedade.

Ocorre que, muito embora a Demandante alegue que o objeto dos Embargos de Terceiro é a demonstração de que não houve fraude à execução em relação à Escritura Pública de Dação em Pagamento e que nesta Anulatória o objeto seria diverso, isto é, declarar a nulidade da averbação premonitória e do ato de arresto por terem sido realizados em desacordo com a norma processual, verifica-se que a pretensão da Apelante é tão-somente a defesa de sua propriedade e, tendo havido decisão judicial do Tribunal de Justiça de São Paulo declarando fraude à execução, naquele Juízo é que a Recorrente deve veicular seu inconformismo, no intuito de defender plenamente a sua propriedade dos atos constitutivos mencionados.

Quanto à alegação de que a averbação premonitória e o arresto foram realizados em desacordo com a legislação de regência, observa-se que o Juízo competente para apreciar e dirimir tais questões é o Juízo de Direito do Poder Judiciário Paulista, em que fora proposta a Execução e os Embargos de Terceiro outrora mencionados e que ensejaram os atos constitutivos.

Desse modo, carece a Autora/Apelante de interesse processual, tendo em vista que se utilizou de procedimento incorreto, não lhe sendo útil o provimento jurisdicional aqui veiculado.

Logo, não merece reforma a sentença guerreada, que extinguiu sem resolução do mérito a Ação Anulatória em tela" (fls. 165/166, e-STJ, grifou-se).

Verifica-se que os argumentos apontados nas razões do recurso especial não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e embora opostos embargos de declaração com a finalidade de sanar omissões porventura existentes, a parte recorrente não indicou a contrariedade ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Nessa circunstância, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ: "*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo*".

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. ART. 397 DO CÓDIGO CIVIL. SÚMULA 211 DO STJ.

1. A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal de origem, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula 211

do STJ.

2. *Persistindo a omissão no julgado, cabe ao recorrente alegar, nas razões do recurso especial, violação ao art. 535 do CPC/1973 (art. 1.022 do CPC/2015), a fim de que não haja supressão de instância.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento*" (AgInt no AREsp 875.774/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 4/10/2016, DJe 7/10/2016).

"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DOS VERBETES SUMULARES 282 e 356/STF. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA À LUZ DE LEGISLAÇÃO LOCAL. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO SUMULAR 280/STF. DISSÍDIO PRETORIANO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. *"Configura-se o prequestionamento quando a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos respectivos dispositivos legais, interpretando-se sua aplicação ou não ao caso concreto, não bastando a simples menção a tais dispositivos"* (AgRg no EREsp 710.558/MG, Primeira Seção, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ 27/11/06).

2. *Conforme dispõe o verbatim sumular 280/STF, aplicável por analogia, eventual ofensa à legislação local não dá ensejo à abertura da via especial.*

3. *"É entendimento assente nesta Corte de que a ausência de prequestionamento obsta o conhecimento do recurso também pela alínea 'c' do permissivo constitucional, haja vista a impossibilidade de confronto dos acórdãos trazidos como paradigmas, com tese não enfrentada pelo julgado recorrido"* (AgRg no AREsp 247.140/PR, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 13/12/12).

4. *Agravo regimental não provido.*" (AgRg no AREsp 359.635/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 18/09/2013 - grifou-se).

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixa-se de majorar os honorários sucumbenciais, conforme determina o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, haja vista a ausência de condenação da parte em honorários nas instâncias ordinárias.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator